

## EDITORIAL

A *Revista História Hoje* tem como escopo publicar artigos, entrevistas, relatos de experiências que privilegiem a articulação entre História, Ensino de História e Formação Docente. Temos nos dedicado, como integrantes de uma associação de historiadores, à tarefa de fazer circular produções relevantes, numa perspectiva de internacionalização, que abordem temáticas contemporâneas, contundentes e desafiadoras do Ensino de História.

Neste número apresentamos um Dossiê cuidadosamente elaborado por docentes e pesquisadores do Ensino de História da América do Sul (Argentina, Chile e Brasil) sobre a temática do “Ensino de História, Direitos Humanos e Temas Sensíveis”. Assim, exatamente no momento em que se avolumam globalmente uma série de ataques aos Direitos Humanos em diferentes contextos, e, especialmente, se conjectura em nosso país a implantação como política de governo de ações de censura às proposições e interpretações do passado que advogam os direitos à memória de excluídos e silenciados, que tocam em traumas, violações e injustiças, é especialmente relevante trazermos à baila uma discussão que interpela quais as funções sociais da História na escola.

Sabemos que, no processo de “redemocratização” do país, a História escolar foi trazida ao centro do debate político pela via do currículo. Desde ao menos os anos 1980 até nossos dias, consideráveis avanços foram obtidos nos documentos oficiais, na produção didática, na pesquisa e nas práticas escolares. Eles conformam um campo de aquisições significativas para a reformulação do ensino proposto e praticado nas escolas com a incorporação de uma ampla gama de novas temáticas e perspectivas. Esses avanços encontram-se ameaçados por forças sociais conservadoras, algumas das quais flertam abertamente com a ideia de censura e criminalização das práticas de reflexão e análise do passado histórico em nome da imposição de uma única e pretensa “verdade histórica”. Por isso, enunciar a necessidade de aprofundar reflexões sobre nossa capacidade de enfrentar temas sensíveis e nos indagarmos sobre os desafios

para educar em Direitos Humanos, além de um gesto de resistência, será uma provocação fundamental para nossa sociedade e nossa democracia. Este número contribui para esse exercício.

Além disso, trazemos um conjunto de artigos importantes. Em “História e história local: desafios, limites e possibilidades”, Erinaldo Cavalcanti problematiza alguns sentidos e significados atribuídos à história local e revela desafios que se apresentam para as diferentes apropriações pelas quais tem sido mobilizada indicando que necessitamos compreender a “dimensão local da História” trabalhada, pesquisada e ensinada; não apenas como apêndice de um processo histórico mais amplo de caráter nacional ou global. Nesse sentido, convida o professor “a deslocar o ângulo de percepção movido pelo fundamento básico da Ciência Histórica ao compreender que as experiências são singulares no tempo e no espaço”. E assim revelar que os homens e mulheres que habitam os espaços onde as histórias são construídas são sujeitos que atuam e interferem na construção e nos desdobramentos das experiências.

O artigo dos professores Jesús Marolla (Chile) e Joan Pagès (Espanha), “Los retos desde la didáctica de las ciencias sociales para trabajar e incluir a las mujeres y su historia en la enseñanza: perspectivas de los y las estudiantes chilenos”, apresenta uma análise dos discursos de estudantes chilenos sobre a presença e ausência das mulheres no ensino de História. A partir de estudos de caso e grupos focais em escolas de Santiago a pesquisa revela que os(as) estudantes expressaram uma atitude reflexiva e crítica e consideram que a inclusão das mulheres e sua história é uma forma de problematizar as estruturas atuais e tradicionais que destacam as ações dos homens sobre as mulheres, e de potencializar o empoderamento e a empatia com as lutas por transformações sociais em busca de maior igualdade de gênero e respeito à diversidade. Especialmente, consideram que há espaços de crítica e que é possível a construção de alternativas ao ensino tradicional, ainda que a longo prazo, para “cuestionar, problematizar y reflexionar sobre la ausencia de las mujeres y el protagonismo asignado a los hombres” e como disso decorrem a produção e reprodução de hierarquias sociais e de gênero. A inclusão das mulheres e sua história é apontada como uma das formas de situar a “justiça social” como eixo no ensinar e aprender História.

A discussão sobre gênero também ocupa lugar central no artigo “Relações de gênero e educação: crítica aos projetos de lei ‘Escola Sem Partido’”, de Ana

Paula Hilgert de Souza (UFGD). O texto aborda como, no atual cenário político, alguns princípios básicos assegurados pela Lei nº 9394-96, as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, estão sendo atacados pelo “Movimento Escola sem Partido”. Além de propor a necessidade de desfazer equívocos básicos nas formulações dos militantes conservadores sobre a temática de gênero, a autora aponta a necessidade de reflexões a respeito das potencialidades do professor na construção de uma educação não engessada por propostas políticas unilaterais. Em sua perspectiva é momento de resistir e superar as negligências que o ensino de História tem reservado a essa temática em sala de aula.

Em “História Antiga no ensino fundamental: Um estudo sobre a os mitos gregos antigos e a consciência histórica”, Guilherme Moerbeck (Uerj) apresenta os resultados de uma pesquisa empírica, baseada em uma instigante experiência pedagógica desenvolvida com alunos do 6º ano do ensino público do município de Duque de Caxias (RJ). A experiência, centrada na produção escrita, revela como ao entrarem em contato com as narrativas míticas, presentes nos currículos dos 6ºs anos do Ensino Fundamental, os estudantes desenvolvem a criação de um universo de alteridades, possibilidades de identificação e leituras novas sobre a realidade do presente.

Num momento em que o país define novas expectativas de futuro, fica claro, nas pesquisas e práticas aqui apresentadas, como o ensino de História pelo alargamento da crítica íntegra, no currículo escolar, um espaço de resistência onde é permitido pensar novos futuros possíveis, e desenvolver lutas comprometidas com a superação das desigualdades e o respeito à diversidade. Nossa revista permanecerá como caixa de ressonância dessas múltiplas vozes, de pesquisadores e docentes, que através de suas investigações, reflexões e experiências apostam nessas lutas.

Por fim, lamentamos profundamente o atraso na publicação deste número. Estamos envidando todos os esforços para recuperar o tempo perdido e manter sua periodicidade.

Boa Leitura!

*Paulo Eduardo Dias de Mello*  
Editor  
Ponta Grossa, setembro de 2018.